



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM FARO

FORMULÁRIO DE PETIÇÃO DOS NUBENTES

(Preencher a máquina ou em letra de forma)

_____ e
nome completo do primeiro nubente

nome completo do segundo nubente

abaixo assinados, para fins de casamento e de acordo com o artigo 1525 do Código Civil brasileiro,
declaram:

Que o primeiro(a) nubente é _____, natural de _____

_____ nascido(a) em _____ data: dia/mês/ano _____

_____ e residente neste
endereço: avenida/rua, número, apto., cidade e estado

distrito consular em _____
endereço: avenida/rua, número, apto., cidade, e estado e país

filho(a) de _____, nascido(a) a _____

em _____, e de _____

nascido(a) a _____ em _____, residentes e domiciliados

Que o segundo(a) nubente é _____, natural de _____

_____ nascido(a) em _____ data: dia/mês/ano _____

_____ e residente neste
endereço: avenida/rua, número, apto., cidade e estado

distrito consular em _____
endereço: avenida/rua, número, apto., cidade, e estado e país

filho(a) de _____, nascido(a) a _____

em _____, e de _____

nascido(a) a _____ em _____, residentes e domiciliados

É considerado crime: (1) contrair novo casamento, sendo casado (art. 235 do CP); E (ii) omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (art. 299 do CP).

Que optam pelo Regime de:

() Comunhão Parcial () Comunhão Universal () Separação de Bens

Que, após o casamento, adotarão ou conservarão os seguintes nomes:

_____ e
nome completo do primeiro nubente após o casamento

_____,
nome completo do segundo nubente após o casamento

Que poderão ser contactados pelos seguintes meios:

_____ ,
e-mail do primeiro nubente telefone do primeiro nubente

_____ .
e-mail do segundo nubente telefone do segundo nubente

Em respeito às normas de Direito Internacional (particularmente a Convenção de Viena sobre Relações Consulares) e à legislação portuguesa, o Consulado-Geral não pode celebrar casamento civil entre cidadãos brasileiros quando um dos nubentes (ou ambos) também possuir a nacionalidade portuguesa. Cidadãos portugueses, em Portugal, somente podem casar-se nas Conservatórias do Registro Civil ou em instituição religiosa competente.

Assim, declaramos sob as penas da lei, para efeitos de casamento na repartição consular no Consulado Geral do Brasil em Faro, que nenhum dos nubentes possui nacionalidade portuguesa.

_____ ^{Faro}_{local} _____, _____ ^{de}_{dia} _____ ^{de}_{mês} _____ ^{de}_{ano} _____.

_____ _____
assinatura do primeiro nubente assinatura do segundo nubente

É considerado crime: (1) contrair novo casamento, sendo casado (art. 235 do CP); E (ii) omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (art. 299 do CP).